

Deliberações da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016

- . Aprovadas duas Moções sobre o Dia Internacional da Mulher;
- . Aprovada uma Saudação ao XIII Congresso da CGTP-IN;
- . Aprovado um Voto de Pesar e minuto de silêncio, pela morte do Dr. António de Almeida Santos;
- . Aprovado o Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES);
- . Aprovada a alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos do Concelho da Moita;
- . Aprovada a alteração do Regulamento de Taxas do Município da Moita;
- . Aprovada a alteração aos Estatutos da Agência S. Energia.

MOÇÃO

Dia Internacional da Mulher – 8 de Março Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social.

Desde a aprovação, durante a 2ª Conferência Internacional de Mulheres (Copenhaga) em 1910, de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos, ao longo de mais um século, em como este dia se eleva na manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres, de todo o mundo, traduzindo-se num dia de ação das mulheres pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação.

Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais:

- Sociedades marcadas por profundas desigualdades;
- A gigantesca desproporção entre salários, quando as competências, capacidades e responsabilidades são rigorosamente as mesmas;
- Existência de pouca representatividade das mulheres e posições de liderança;
- Posições culturais altamente discriminatórias que desvalorizam o papel ativo da mulher na sociedade;
- Insuficiência de garantias de suporte, sustentabilidade e sobrevivência própria dos filhos;
- São as primeiras e mais diretas vítimas dos conflitos armados e das guerras do imperialismo.

O 8 de Março assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constituem um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social.

O Poder Local tem tido um papel importante no reescrever dessa transformação social, na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação como parte integrante da história das regiões.

Em Portugal, está a ser feito um caminho de recuperação de direitos de grande significado para as mulheres: a reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais na Administração Pública; o aumento do salário mínimo nacional; a reposição dos quatro feriados suspensos; o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez, sem pressões nem condicionamentos; a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais que garante, assim, condições mínimas de manutenção da unidade familiar.

É um caminho de avanços que importa consolidar.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 26 de fevereiro de 2016, apela às mulheres para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações.

Assembleia Municipal da Moita

(Aprovada por unanimidade, em sessão ordinária realizada em 26.02.16)

MOÇÃO

Dia Internacional da Mulher

Mais uma vez, no próximo dia 8 de Março, se celebra o Dia Internacional da Mulher.

Proclamado em 1911, há mais de um século que se celebra, como homenagem às 128 grevistas da fábrica Cotton, em Nova Iorque, sujeitas a intervenção policial em 8 de Março de 1857.

O 8 de Março tornou-se um símbolo da luta pela emancipação cívica e social da mulher e é fundamental para homenagear as mulheres que, antes de nós, lutaram pelos direitos das mulheres e contra a discriminação bem como para exigir as condições necessárias para uma vida digna.

Apesar dos avanços registados no último século e do papel ocupado, por direito próprio, na sociedade, a luta pela afirmação da igualdade e por direitos iguais coloca novos desafios no mundo do trabalho, da política, na vida doméstica e familiar, etc. As mulheres continuam a ser as primeiras vítimas do desemprego, dos baixos salários, da pobreza e de violência, a todos os níveis.

É facto que:

- A população feminina desempregada aumentou particularmente entre as jovens dos 15 aos 24 anos;
- O aumento do custo de vida tem agravado as despesas familiares, sobrando para as mulheres a árdua tarefa de gestão do orçamento familiar;
- O aprofundamento da pobreza e a exclusão social, de todas as formas de violência, incluindo a violência doméstica, da prostituição e do tráfico de pessoas, dos problemas das pessoas imigrantes ou com deficiência, atingem de forma mais dramática as mulheres, colocando-as numa situação de vulnerabilidade e desigualdade.

Assim, a celebração do 8 de Março permanece um marco na luta pela emancipação integral da mulher, ou seja, de toda a humanidade.

A luta contra a violência sobre as mulheres teve avanços nos últimos anos, ao nível do estudo e da extensão do fenómeno, das suas consequências pessoais e sociais e avanços a nível legislativo e no apoio às vítimas. Mas não nos podemos conformar nem resignar com a situação atual. A violência de género tem que ser encarada como um problema político, um problema de direitos humanos e um problema de cidadania, do qual as autarquias não se podem alhear.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida em 26 de fevereiro de 2016, delibera:

1 – Saudar o aniversário do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

Assembleia Municipal da Moita

(Aprovada por unanimidade, em sessão ordinária realizada em 26.02.16)

SAUDAÇÃO

XIII CONGRESSO DA CGTP-IN

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, CGTP-IN está a realizar, em Almada, nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2016 o seu XIII Congresso.

A CGTP tem um passado de atividade intensa em defesa dos direitos de quem trabalha, dos jovens, das mulheres, dos aposentados e pensionistas, em prol de uma sociedade mais justa e solidária, dotada de serviços públicos de qualidade, capazes de darem resposta a todos os cidadãos.

O lema do Congresso da CGTP é *Emprego com Direitos, Soberania e Progresso Social*, o que pressupõe o combate às políticas responsáveis pelo retrocesso do país que atinge os trabalhadores e as trabalhadoras na sua dignidade e nas suas condições de vida e de trabalho.

A estabilidade do emprego, o cumprimento dos direitos e a humanização do trabalho são elementos fundamentais de uma política de desenvolvimento económico, associado ao progresso social.

É neste quadro e por estas razões que a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 26 de fevereiro de 2016 saúda fraternalmente o XIII Congresso da CGTP-IN.

Assembleia Municipal da Moita

(Aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, duas abstenções em sessão ordinária realizada em 26.02.16)

VOTO DE PESAR

Um Humanista Republicano

No passado dia 18 de janeiro, faleceu o Dr. António de Almeida Santos, aos 89 anos, ilustre advogado e insigne político português.

Foi na Universidade, em Coimbra, que teve a sua primeira participação política, de oposição à Ditadura, ao integrar a Comissão Distrital da Candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República, em 1949.

Inicia-se na advocacia em Lourenço Marques (atual Maputo), Moçambique, onde se estabelece em 1953, destacando-se na defesa dos presos políticos. A par prossegue a sua intervenção cívica e política, pugnando pela autodeterminação das Colónias Portuguesas, tendo sido, nas eleições presidenciais, de 1958 o representante em Moçambique do General Humberto Delgado.

Em 1974, regressa a Portugal e desenvolve uma notável atividade política de serviço público: foi Ministro da Coordenação Interterritorial dos I, II, III e IV Governos Provisórios, Ministro da Comunicação Social no V Governo Provisório, Ministro da Justiça no I Governo Constitucional, Ministro-Adjunto do Primeiro-ministro no II Governo Constitucional e Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares no IX Governo Constitucional.

Foi um dos principais responsáveis pela 1ª e 2ª revisão Constitucionais.

Foi Membro do Conselho de Estado de 1985 a 2002.

Eleito Deputado à Assembleia da República na I legislatura, aí permaneceu sucessivamente eleito até à IX Legislatura, sendo que, nos dois últimos mandatos, entre 1995 e 2002, foi escolhido pelos seus pares para ser o Presidente da Casa da Democracia. Um tribuno invulgar pela elegância, requinte de linguagem e de trato muito atento. Um legislador perspicaz, conhecedor, sensato e arguto.

Foi Presidente do Partido Socialista, partido a que aderiu em 1977, de 1992 a 2011, e Presidente Honorário, de 2011 até à sua morte.

Foi distinguido como Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra.

Foi agraciado pela República Portuguesa com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade e com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

Na sua vida pública, houve ainda espaço para a partilha de sabedoria e para a literatura: publicou dezenas de livros, que vão para além dos reconhecidos ensaios jurídicos e políticos, passando pela prosa e pela poesia. E é também reconhecido como sedutor intérprete do Fado de Coimbra. Todo o seu percurso de vida, desde a luta que travou contra a Ditadura e a opressão, batendo-se pelos valores da Liberdade, da Democracia e da República, a forma como pugnou pela descolonização e a influência que teve nos processos de construção e revisão constitucional fizeram dele um dos políticos mais respeitados e influentes da democracia portuguesa e o mais ativo legislador desde o 25 de Abril de 1974.

Neste momento, este voto de pesar é uma homenagem sentida a um legado cívico e político, que marcou a nossa democracia recente, à qual a Assembleia Municipal da Moita se associa.

Assembleia Municipal da Moita

(Aprovada por maioria, com trinta votos a favor, uma abstenção, em sessão ordinária realizada em 26.02.16)